

INTELECTUAIS BRASILEIROS EM DISPUTA PELA ESCOLA NOVA NA DÉCADA DE 1930*

*Macioniro Celeste-Filho***

Resumen

En las primeras décadas del siglo pasado, los intelectuales brasileños ejercían papel prominente en la nueva configuración que el país alcanzó. Brasil ha pasado entonces por rápido proceso de modernización. El campo educativo fue lugar de disputa entre corrientes distintas de intelectuales. La idea era crear una nueva sociedad a través de la llamada Escuela Nueva. En Brasil, la mayoría de la población no tenía acceso a la escuela. Así que la Escuela Nueva no tuvo el propósito de criticar el sistema escolar existente, pero la construcción en efecto de la educación global de los niños brasileños. Por lo tanto, fueron creadas las bibliotecas pedagógicas en los grupos escolares urbanos, con el propósito de mejorar la formación de los maestros en las ideas pedagógicas de la Escuela Nueva. Este trabajo tiene por objetivo entender los conflictos entre los intelectuales brasi-

Abstract

In the first decades of the last century, Brazilian intellectuals played an important role in the new configuration to the country reached. Brazil had then passed by rapid process of modernization. The educational field was place of contention between different currents of intellectuals. The idea was to create a new society through what is called the New School. In Brazil, unlike in Europe, most of the population had no access to school. Therefore, the New School was not privileged to critique existing school system, but the actual construction of the large Brazilian childhood schooling. Thus, we created libraries in teaching urban school groups, with the aim of improving the training of primary school teachers in the pedagogical ideas of the New School. This work has for objective to understand the conflicts among Brazilian intellectuals on the list of recom-

* Artículo de Investigación Científica Tipo 2: de reflexión, según clasificación de Colciencias.

** Historiador formado por la Universidad de São Paulo. Maestría y Doctorado en Educación por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo. En la actualidad es Profesor Asistente Doctor de la Universidad Estadual Paulista – UNESP. Es investigador en el área de Historia de la Educación y también de Enseñanza de la Historia. E-mail: marcio.celeste@fc.unesp.br

leños con respecto a las lecturas recomendadas para la formación del profesorado de las escuelas de la primera mitad del siglo XX. Para este propósito, presenta un ejemplo de esta disputa intelectual por medio del análisis de una biblioteca escolar brasileña en la década de 1930.

Palabras clave: Intelectuales brasileños. Historia de la Educación. Escuela Nueva.

mended readings for teacher training schools in the first half of the twentieth century. This paper presents an example of this intellectual dispute through the analysis of a Brazilian school library copy of the 1930s.

Key words: Brazilian intellectuals, History of Education, New School.

Nas primeiras décadas do século passado, os intelectuais brasileiros exerciam papel importante na nova configuração a que o Brasil alcançava. O país passava então por um rápido processo de modernização. O campo educacional foi local privilegiado de disputa por grupos distintos de intelectuais. Pensava-se na criação de uma nova sociedade através do que chamou de Escola Nova. Neste trabalho apresenta um exemplo desta disputa intelectual por meio da análise de uma biblioteca exemplar no Brasil da década de 1930.

Pouco mais de três meses após a criação, no Brasil, do Ministério da Educação e Saúde Pública, em março de 1931 é criada a Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública de São Paulo. Neste ano e no seguinte, as vinte Delegacias Regionais de Ensino do Estado de São Paulo são reordenadas. Esta nova institucionalização reorganizou o sistema educacional paulista. Junto a isto, as reformas educacionais recentes contribuíram então para um forte movimento pela implantação nos grupos escolares do estado de São Paulo do que se chamou de Escola Nova. Em 1933, a Delegacia de Ensino de Bauru elaborou detalhado relatório sobre as escolas da região. Nele, é destacada a qualidade da biblioteca do 3º Grupo Escolar de Bauru, recém-inaugurada. Ela é apresentada como a melhor do distrito, devendo ser tomada com referência. Além de fotografia da biblioteca, o relatório apresenta a listagem das 64 obras que compunham o acervo destinado aos professores, denominado de biblioteca pedagógica. Com a leitura destas seis dezenas de livros, seria possível a formação pedagógica necessária ao professor da Escola Nova. É propósito deste trabalho apresentar como grupos distintos de intelectuais brasileiros tentavam determinar quais conhecimentos pedagógicos eram recomendáveis aos docentes

dos grupos primários no Brasil na década de 1930. Para tanto, será tomando como referência uma biblioteca pedagógica exemplar deste país.

Livros para a Escola Nova

Segundo Marta Carvalho (2003, p. 4), as tentativas de implantação dos princípios da Escola Nova no Brasil diferem muito da experiência europeia. Na Europa, este movimento articulou-se como crítica a um modelo escolar plenamente instituído. No Brasil, as propostas da Escola Nova se defrontaram com a inexistência de sistemas escolares em funcionamento na maior parte do país. É o caso do interior do estado de São Paulo, onde as escolas urbanas eram insuficientes e as escolas rurais funcionavam de maneira precária. Nesta situação, o movimento da Escola Nova coincide com a expansão dos grupos escolares urbanos, como no caso da criação em fins de 1933 do 3º Grupo Escolar de Bauru e sua moderna biblioteca pedagógica. Na década de 1930, com a institucionalização em novo patamar dos aparatos estatais brasileiros para a educação e o movimento da Escola Nova, verifica-se um ponto de inflexão na concepção das funções da escola em São Paulo. Maria Rita Toledo (2006, p. 341) analisou o papel dos educadores da Escola Nova do período. Para esta autora, os educadores pretendiam reformar a cultura realizando uma ampla reforma educacional que modificasse a mentalidade das novas gerações das classes média e alta, através de uma educação que formasse a consciência nacional das elites do país, mas também que educasse as classes populares para que pudessem elevar seu nível econômico, moral e intelectual, proporcionando assim maior mobilidade social. Cabe à escola papel central neste processo de dinâmica social. Uma das estratégias para que isto ocorresse tinha por alvo a formação intelectual dos professores das escolas primárias. Para tanto, devia-se aprimorar sua formação, principalmente selecionando melhor o que estes professores deveriam ler, com o objetivo de obter uma capacitação cultural condizente com os propósitos da Escola Nova. Neste sentido, dois dos mais importantes reformadores educacionais do período, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo dedicaram-se a coleções para a formação dos professores. Estes intelectuais tornaram-se editores das duas coleções de livros pedagógicos mais importantes da década de 1930 e décadas seguintes. Lourenço Filho torna-se o editor, pela Companhia Melhoramentos, da coleção denominada “Biblioteca de Educação”. Fernando de Azevedo, pela Companhia Editora Nacional, torna-se editor da coleção “Atualidades Pedagógicas”. Segundo Marta Carvalho e Maria Rita Toledo (2007, p. 98), a renovação dos livros escolares por parte destas coleções, além de ser um negócio lucrativo, revestia-se de um caráter de intervenção político-cultural, fazendo circular os novos materiais recomendáveis

à formação docente no crescente processo de escolarização do Brasil. Maria Rita Toledo (2003, p. 5) destaca que Fernando de Azevedo entendia a indústria moderna do livro como condição de acesso ao saber e à cultura, possibilitando a prática da auto-educação. Porém, para que isto ocorresse satisfatoriamente, a seleção das leituras deveria ser regrada e ordenada segundo prescrições que as tornassem apropriadas aos propósitos da escolarização moderna, eliminando o mal que práticas descoordenadas pudessem causar aos professores do sistema escolar em implantação e expansão.

A biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru tinha em seu acervo muitos livros das coleções “Biblioteca de Educação” e “Atualidades Pedagógicas”. Não foi por acaso que, em meados do século XX, esta escola tenha sido rebatizada como Grupo Escolar Lourenço Filho. No entanto, contava também com livros da “Biblioteca de Cultura Científica”, dirigida por Afrânio Peixoto para a editora Guanabara, do Rio de Janeiro; da “Coleção Pedagógica”, sob direção de Paulo Maranhão, Superintendente da Educação Elementar do Distrito Federal, para a editora F. Briguiet & Cia., do Rio de Janeiro; da “Enciclopédia Brasileira de Educação”, dirigida por Emilio Kemp, Diretor da Escola Normal de Porto Alegre, para a editora Globo, do Rio Grande do Sul; da “Biblioteca de Iniciación Cultural”, publicados em espanhol em Barcelona e Buenos Aires pela Editorial Labor; da coleção “Ciencia y Educación”, publicados em espanhol em Madri pela Imprenta Ciudad Lineal; e, entre outras editoras, várias obras publicadas pela Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro.

No atual trabalho não será possível uma análise de todo o acervo da biblioteca pedagógica exemplar de Bauru. Pretende-se relatar sua origem e concentrar esforços na análise de três obras desta biblioteca, que são importantes para a definição dos demais livros de seu acervo. São os livros *Introdução ao estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho; *A Escola Nova*, de Jonathas Serrano e *Escola Moderna*, de Maria dos Reis Campos. Tem-se por objetivo entender o rol de leituras recomendáveis à formação do professor das escolas paulistas na década de 1930. Para tanto, a biblioteca pedagógica exemplar de Bauru será utilizada como referência de acervo bibliográfico formativo dos professores no momento de tentativa de implantação da Escola Nova em São Paulo.

Uma biblioteca exemplar

Não é possível atualmente fazer um levantamento comparativo dos acervos bibliográficos dos três grupos escolares existentes em Bauru no início da década de 1930, sendo improvável a existência de bibliotecas nas outras 11 escolas isoladas

urbanas e 23 escolas isoladas rurais deste município. O imponente edifício do 1º Grupo Escolar de Bauru, de 1912, na então principal avenida da cidade, a Rodrigues Alves, ainda existe. No entanto, embora o prédio fosse do estado, esta escola foi incorporada, em 1951, pela ordem católica das Apóstolas do Sagrado Coração. Isto ocorreu no processo de criação da Faculdade de Filosofia de Bauru, a primeira da cidade, origem da atual Universidade do Sagrado Coração. No início da década de 1970, esta universidade construiu seu novo campus e o prédio do 1º Grupo Escolar foi anexado pela Igreja Católica ao Colégio São José, funcionando como parte desta escola ainda hoje. Em 1933, o Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Bauru (p. 45) registra que o 1º Grupo Escolar da cidade, entre livros pedagógicos, científicos e de literatura, possuía 380 volumes. A Escola Estadual Rodrigues de Abreu, sucessora, em outro prédio, do 1º Grupo Escolar de Bauru, foi desativada em 2005. Atualmente, o prédio é ocupado pela ETEC Rodrigues de Abreu, ligada ao Centro Paula Souza de educação tecnológica estadual. Se o acervo original do 1º Grupo Escolar de Bauru foi transferido para esta escola, com a sua desativação em 2005, este acervo foi destinado à Diretoria de Ensino da cidade e, infelizmente, por demanda de espaço, descartado. Pesquisou-se o atual acervo da biblioteca da ETEC Rodrigues de Abreu e não foi localizada nenhuma obra da primeira metade do século XX. É possível que este acervo, em 1951, tenha sido incorporado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração e atualmente esteja na biblioteca da Universidade do Sagrado Coração, ou mesmo diluído no acervo do atual Colégio São José, herdeiro do edifício. Não há como fazer esta averiguação, pois não se conhece a listagem deste acervo.

Quanto à biblioteca do 2º Grupo Escolar de Bauru, localizado na Vila Falcão, área de concentração do proletariado ligado às ferrovias que cortam a cidade e uma de suas mais importantes atividades econômicas até recentemente, o Relatório de Bauru de 1933 (p. 54) afirma que seu acervo era de 130 volumes, mas composto somente da biblioteca infantil. Isto é, sem a presença de livros de formação pedagógica ou de literatura científica. Esta escola ainda existe, sob o nome de Escola Estadual Luiz Castanho de Almeida. No entanto, em 1957, quando da inauguração de seu novo prédio, parte do antigo acervo de literatura infantil não foi incorporada à nova biblioteca escolar, sendo levada para a biblioteca da Diretoria de Ensino de Bauru e descartada nos primeiros anos do atual século. Como não há a relação de quais eram os livros originais do 2º Grupo Escolar de Bauru, um estudo sobre esta biblioteca fica prejudicado.

O 3º Grupo Escolar de Bauru, situado nas proximidades da estação ferroviária da cidade, ponto de confluência das ferrovias Paulista, Sorocabana e Noroeste do Brasil, ficava numa das áreas mais movimentadas de Bauru. Sua inauguração, em

1933, foi tema de destaque no Relatório da Delegacia de Ensino elaborado neste mesmo ano. Neste documento, se descreve suas humildes instalações físicas, mas destaca-se sobretudo a modernidade de sua biblioteca, recém-adquirida e tida como exemplar para toda a região. No Relatório de 1933 (p. 60-61), a escola é assim descrita:

O prédio é um próprio do Estado. Se bem que adaptado, é um dos melhores da região. Consta de cinco amplas salas de aula, que satisfazem, em tudo, os mais exigentes requisitos pedagógicos. Além dessas salas, existem mais três saletas confortáveis, ocupadas respectivamente pela inspetoria escolar, diretoria e banco escolar. Nos corredores, que são amplos, estão instaladas as bibliotecas e cooperativa escolar.

O edifício do 3º Grupo Escolar ainda existe, embora tenha atualmente outra função pública. Sobre a biblioteca (p. 64), é informado que suas estantes foram fruto de dinheiro arrecadado na comunidade escolar: “Graças aos donativos de amigos da instrução, a diretoria do grupo escolar adquiriu, por 460\$000, três elegantes estantes para os livros”.

Há uma notável diferença entre os edifícios do 1º Grupo e do 3º Grupo Escolar de Bauru. A configuração da biblioteca do 1º Grupo Escolar estava próxima do que Luciene Soares de Souza (2009, p. 64-65) descreveu sobre as bibliotecas dos edifícios escolares concebidos de maneira suntuosa e com arquitetura de grande visibilidade urbana, típicos das edificações escolares paulistas das primeiras duas décadas do século XX. Luciene Souza (2009, p. 66) destaca que tais edificações não foram mais tão frequentes nos anos 1930:

A partir dos anos 1920, aos poucos, os prédios deixaram de ser projetados e executados seguindo as características apresentadas, pois os chamados escolanovistas passaram a criticar os custos dessas obras e, principalmente, os usos das mesmas. O movimento da Escola Nova reestruturou as escolas e os métodos aplicados, pois defendiam que esses “templos de civilização” não foram feitos e não estavam sendo utilizados para atender à educação do povo e, sim, para as elites. Esse seria um dos motivos que levaram à construção de escolas de custo mais baixo e com uma linguagem arquitetônica distinta dos grandes Grupos Escolares.

É exagero desta autora descrever os intelectuais escolanovistas como contrários aos edifícios escolares suntuosos do início do século XX devido a embates entre educação popular ou para as elites. Os escolanovistas defendiam uma maior escolarização no Brasil. Se, para isto, fosse necessário o uso de edifícios mais humildes, que eles também servissem à ampliação do sistema escolar em implantação. Contudo, é visível o contraste arquitetônico entre o 1º Grupo e o 3º Grupo Escolar de Bauru:



Foto Nº 1: 1º Grupo Escolar de Bauru, de 1912, Relatório de Bauru de 1933, Archivo Público del Estado de São Paulo. Imagen tomada del sitio: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/RDRBU1933.pdf> (Consultado el 24/07/2012).



Foto Nº 2: 3º Grupo Escolar de Bauru, de 1933, Relatório de Bauru de 1933, Archivo Público del Estado de São Paulo. Imagen tomada del sitio: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/RDRBU1933.pdf> (Consultado el 24/07/2012).

Em suas cinco salas de aulas, em 1933, o 3º Grupo Escolar tinha 427 alunos. Funcionavam cinco classes matutinas, das 08:00 às 12:00, e cinco classes vespertinas, das 12:30 às 16:30. Seu diretor era João Batista Afonso de Barros.

Suas dez professoras eram Tereza Camargo Fonseca, Mercedes Silva, Mariana de Almeida Assunção, Mercedes Navarro Alcântara, Mercedes Paz Bueno, Hilda Rezende Azevedo, Zuleica Seabra, Maria da Conceição Arantes, Marina de Oliveira e Henriqueta Vilaça Blois, retratados abaixo:



Foto Nº 3: Diretor e professoras do 3º Grupo Escolar de Bauru – Relatório de Bauru de 1933, Archivo Público del Estado de São Paulo. Imagen tomada del sitio: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/RDR-BU1933.pdf> (Consultado el 24/07/2012).

Nos amplos corredores desta escola, localizava-se sua biblioteca e também a cooperativa escolar. Numa de suas saletas, funcionava o banco escolar. O banco e a cooperativa escolar eram órgãos complementares, que tinham por incumbência, entre outras atribuições, agenciar as verbas arrecadadas pela escola com a comunidade de entorno e com pessoas benemerentes deste determinado grupo escolar. Com supervisão docente, eram administrados por alunos da própria escola. Estas verbas, entre diversos outros propósitos, destinavam-se parcialmente para a compra de livros para a biblioteca escolar, especialmente para seu acervo de literatura infantil. Segundo Luciene Souza (2009, p. 72-73):

Muitas das bibliotecas nos Grupos Escolares foram tributárias da boa vontade dos inspetores, dos diretores e dos recursos fornecidos pela comunidade local. Organizaram-se em torno de doações iniciais por parte de figuras locais proeminentes, sendo as obras oferecidas ao público escolar como auxílio para o progresso do ensino. Não havia procedimentos específicos com respeito à dotação de recursos para as bibliotecas: os notáveis locais e as Câmaras Municipais intervêm e decidem sobre a ajuda aos Grupos Escolares, variando esses recursos de acordo com a região e até mesmo entre Grupos Escolares do mesmo lugar.

Além da doação direta de livros ou de concessão de recursos públicos com a finalidade de aquisição de obras, frequentemente utilizada para a constituição dos acervos pedagógicos e científicos das bibliotecas escolares, o banco e a cooperativa escolar incumbiam-se, quando possível, da compra continuada de livros para a atualização do acervo de literatura infantil. Não existe fotografia da saleta onde funcionava o banco do 3º Grupo Escolar de Bauru, mas há uma foto da cooperativa escolar no ano de sua criação.



Foto Nº 4: Cooperativa do 3º Grupo Escolar de Bauru – Relatório de Bauru de 1933, Archivo Público del Estado de São Paulo. Imagen tomada del sitio: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/RDRBU1933.pdf> (Consultado el 24/07/2012)

Na parede do fundo da cooperativa, a estande do empório escolar armazenava material didático como lápis, borracha e outros instrumentos de uso cotidiano da escola. Na parte direita desta estante, encontrava-se a farmácia escolar. Poucos anos depois, numa imagem do Grupo Escolar de Itararé, temos uma fotografia exemplar da ação integrada da cooperativa e do banco escolar nesta escola. No caso de Itararé, o Grupo Escolar, embora urbano, possuía terras para cultivo de seu clube agrícola. O que não foi o caso do 3º Grupo Escolar de Bauru, onde a arrecadação de verbas com a venda dos trabalhos manuais dos alunos provavelmente substituiu esta outra possível fonte de renda.



Foto Nº 5: Cooperativa e banco do Grupo Escolar de Itararé – Relatório de Itapetininga de 1936, Arquivo Público del Estado de São Paulo. Imagen tomada del sitio: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/RDRBU1933.pdf> (Consultado el 24/07/2012).

Nesta imagem vemos a ação conjunta do clube agrícola; da arrecadação de verbas na comunidade escolar, possivelmente com a venda de trabalhos manuais discentes; e a destinação destes recursos sob administração do banco escolar. Na foto, a estante ao fundo do “Banco Cooperativo” comporta seis caixas arrecadadoras. Lá se encontram as caixas para verbas destinadas à “Caixinha Escolar”, ao “Jornal das Crianças”, aos “Filmes Educativos” e ao “Escotismo”. No parapeito dianteiro, encontram-se as caixas com verbas arrecadadas, à esquerda, para o “Clube Agrícola” e, à direita, para a “Biblioteca”. Existem três grupos diferentes de alunos no processo de escrituração fiscal destes recursos. Com exceção do clube agrícola, inexistente no 3º Grupo Escolar de Bauru, é possível que seu funcionamento fosse parcialmente análogo ao do Grupo Escolar de Itararé acima retratado. Ressalte-se que as verbas arrecadadas pelos alunos para a biblioteca escolar destinavam-se privilegiadamente à compra de livros de literatura infantil.

Diana Vidal tratou dos mecanismos de compra de livros e das mudanças de concepção dos acervos das bibliotecas escolares na década de 1930:

As campanhas pelo surgimento de bibliotecas em escolas, apoiadas pela comunidade escolar, através de associação de pais e mestres ou entidades similares, eram cada vez mais correntes. No Código [de Educação do Estado de São Paulo] de 1933, essa opção passou a ser incluída no corpo do regulamento. O Artigo 109 previa que professores e diretores de escolas poder-se-iam valer da contribuição das associações de pais e mestres, do auxílio da municipalidade, de doação de livrarias e editoras e de festivais para organizar suas bibliotecas escolares (Vidal, 2004, p. 198).

Segundo Diana Vidal, é na década de 1930, ao menos no Rio de Janeiro, que a literatura infantil passou a ser componente importante destas bibliotecas:

A preocupação com a função subsidiadora da biblioteca – aos acontecimentos dados em classes, deveriam corresponder textos complementares, disponíveis à leitura – fica explícita, também, no tocante à aquisição de livros de Literatura Infantil. Pela primeira vez, em 1932, e com ênfase a partir de 1933, a biblioteca [da Escola Normal do Rio de Janeiro] incorporou obras dedicadas exclusivamente a crianças: não literatura para moças, mas histórias infantis, clássicos como Irmãos Grimm, La Fontaine e Hans Andersen, traduzidos por Thales C. de Andrade e Arnaldo de Oliveira Barreto, em sua maioria, e livros de Monteiro Lobato. (Vidal, 2000, p. 20)

É provável que o mesmo tenha ocorrido com a formação original, em 1933, da biblioteca do 3º Grupo Escolar de Bauru. Esta biblioteca, quando mencionada nos documentos de 1933, é citada no plural: as bibliotecas. Embora ocupassem a mesma estante tripla, num dos corredores do edifício, ela é a junção da Biblioteca Pedagógica, central; da Biblioteca de Literatura Infantil, à esquerda; e da Biblioteca Infantil Científica, à direita. Existe, contudo, uma lacuna documental. O Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Bauru, de 1933, preservou detalhadamente a listagem das 64 obras da Biblioteca Pedagógica, voltada à formação docente. É por esta comprovação documental que esta biblioteca pedagógica é passível de ser analisada neste trabalho. Entretanto, nada se sabe sobre os acervos das bibliotecas de literatura infantil e infantil científica. Buscou-se informação sobre o acervo completo da biblioteca desta escola na Diretoria de Ensino de Bauru. Porém, esta busca foi infrutífera. Procurou-se informação a este respeito nos documentos classificados como “Ofícios Diversos” no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Infelizmente, com a toponímia classificatória de “Bauru”, não foram encontrados dados relevantes. Quais foram os critérios de seleção e quais os procedimentos de compra da biblioteca do 3º Grupo Escolar de Bauru? Como indicou Diana Vidal (2004, p. 197), em São Paulo, desde o Decreto 4.600 de 1929, cada grupo escolar deveria ter uma biblioteca para o uso dos professores, sob responsabilidade direta do diretor. O artigo 106 do Código de Educação do Estado de São Paulo, de 1933,

elaborado sob a direção de Fernando de Azevedo, instituiu oficialmente as bibliotecas escolares infantis. A biblioteca do 3º Grupo Escolar de Bauru foi inaugurada no final de 1933. Diana Vidal (2000 e 2004), Ana Clara Bortoleto Nery (2011) e Maria Cristina Menezes (2011), ao analisarem respectivamente as bibliotecas escolares do Rio de Janeiro e São Paulo; de Piracicaba (SP); e de Campinas (SP), pesquisaram bibliotecas das Escolas Normais destas cidades. Nestes casos, estas escolas, além do diretor, possuíam bibliotecários. Isto possibilitou a confecção de relatórios por parte destes funcionários. Não é o caso tratado aqui. A biblioteca em estudo, sem bibliotecário, destinava-se à consulta e formação profissional das dez professoras desta escola e à leitura de seus alunos. Possivelmente fosse acessível aos professores das demais escolas da região. Até agora não foram encontradas informações relevantes sobre o então diretor da escola, João Batista Afonso de Barros. É provável que o inspetor escolar de Bauru, Henrique Ricchetti, tenha participado na definição do acervo desta biblioteca. Henrique Ricchetti, professor formado pela Escola Normal de São Paulo, fora anteriormente diretor do Grupo Escolar de Lençóis Paulista, cidade vizinha a Bauru. Em meados da década de 1930 tornou-se autor de livros didáticos infantis para a Companhia Editora Nacional. Posteriormente, Henrique Ricchetti assumiu o cargo de Delegado de Ensino na capital, de Deputado Estadual pelo Partido Social Progressista e, em meados da década de 1950, sob o governo de Adhemar de Barros, foi designado Secretário da Educação e Cultura do Estado de São Paulo. Adhemar de Barros e Henrique Ricchetti nasceram em abril de 1901. Ambos pertenciam a famílias tradicionais de São Manuel, cidade vizinha a Bauru. No entanto, a hipótese da contribuição de Henrique Ricchetti na escolha das obras desta biblioteca não foi comprovada documentalmente. A seguir, a foto da biblioteca do 3º Grupo Escolar de Bauru no ano de sua inauguração:



Foto Nº 6: 5Biblioteca do 3º Grupo Escolar de Bauru – Relatório de Bauru de 1933, Archivo Público del Estado de São Paulo. Imagen tomada del sitio: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/RDRBU1933.pdf> (Consultado el 24/07/2012).

Biblioteca Pedagógica, central; Biblioteca de Literatura Infantil, à esquerda; Biblioteca Infantil Científica, à direita

Por ficar num dos corredores da escola e não em sala própria, não se sabe se as duas carteiras apresentadas como apropriadas à leitura silenciosa ficavam disponíveis neste corredor ou se foram acrescentadas temporariamente para embelezamento da fotografia.

Com a privatização das ferrovias e o fechamento da Estação Ferroviária de Bauru na década de 1990, a área de entorno do 3º Grupo Escolar, rebatizado desde meados do século passado como Grupo Escolar Lourenço Filho, foi perdendo importância. Na segunda metade da década de 1990, esta escola foi desativada. A biblioteca da escola foi então encaminhada à Diretoria de Ensino de Bauru. No início do atual século, o acervo bibliográfico depositado na Diretoria de Ensino ocupava cerca de seis salas. Funcionários daquela época relataram que em 2001, sob nova direção, a Diretoria de Ensino decidiu concentrar o melhor de seu acervo de livros em uma única sala. Após seleção prévia, os livros que não coubessem na sala em que se encontram atualmente foram colocados à disposição para doação às

escolas da região, a seus professores e a interessados em geral. Os livros de formação pedagógica da década de 1930 não foram preservados no acervo atual da Diretoria de Ensino. Após a doação a quem desejasse levá-los, os livros que não despertaram interesse foram descartados. Tais obras são corriqueiramente encontradas em sebos e feiras de livros de Bauru, freqüentemente com os carimbos das bibliotecas das escolas Rodrigues de Abreu (1º Grupo Escolar de Bauru) e Lourenço Filho (3º Grupo Escolar de Bauru). Para o atual trabalho, por desconhecer a listagem das obras de literatura infantil ou infantil científica do 3º Grupo Escolar de Bauru, concentrou-se atenção na biblioteca exemplar de formação pedagógica, detalhadamente listada no ano de sua inauguração no Relatório da Delegacia Regional de Bauru de 1933 (p. 62-64). Estas obras foram compradas em sebos de Bauru e região. Quando não foram localizadas na própria cidade, foram adquiridas em outros sebos, privilegiadamente de São Paulo. Na inviabilidade desta compra, alguns destes livros foram copiados de bibliotecas universitárias paulistas e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A lista das obras compradas ou copiadas, segundo a listagem original de 1933, encontra-se em apêndice ao término deste texto.

O atual trabalho é tributário de inspiração ao livro publicado originalmente em 1945 por Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria do cônego*. Esta obra apresenta um inventário minucioso da biblioteca do cônego Luis Vieira da Silva, um dos participantes, em 1789, da Inconfidência Mineira:

Nesse ensaio, uma das obras pioneiras do gênero no Brasil, o bibliófilo Eduardo Frieiro analisa com erudição, temperada com alguns toques de ironia, aquela que deveria ser uma das maiores bibliotecas da região das Minas. Ele brinca com a sensibilidade conservadora – e é interessante que o próprio Frieiro tinha fama de conservador ou, ao menos, de desafeto dos intelectuais vanguardistas e esquerdistas de seu tempo – ao afirmar que o espírito de Satã, disfarçando-se ardidamente entre as letras impressas nos livros, penetrara sorrateiramente na cabeça do clérigo Luís Vieira, implantando ali as idéias “perigosas” e “revolucionárias” da Ilustração. (Motta, 2006, p. 135).

Eduardo Frieiro não teve acesso aos livros originais da biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva. No entanto, este autor reconstituiu o rol de leituras deste clérigo, pela listagem de sua biblioteca, documentada nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. De maneira análoga, os livros adquiridos em sebos que reconstituem a biblioteca pedagógica exemplar do 3º Grupo Escolar de Bauru não são os originais desta escola. Contudo, são suficientes para entender como as idéias pedagógicas, tidas como apropriadas na década de 1930, teriam sido a base de formação intelectual e profissional dos professores paulistas de meados do século XX. Não se buscam idéias “perigosas” e “revolucionárias” da Ilustração, mas as

idéias da Escola Nova, em processo de difusão neste período. Segundo Eduardo Frieiro (1981, p. 23):

Nosso escrutínio não será como aquele que o barbeiro e o cura fizeram na livraria de D. Quixote, para lançarem à fogueira os excomungados alfarrábios que haviam perturbado a mente fraca de Alonso Quijano *el Bueno*. Quem leu o livro de Cervantes conhece o episódio. Enquanto D. Quixote dormia, descansando o corpo moído pelas fadigas de sua primeira saída e maltratado pelas pancadas que recebera ao deixar a estalagem que ele por seu mal imaginava ser castelo, o cura e o barbeiro entraram no cômodo em que estavam os livros culpados de tudo e acharam mais de cem grossos volumes encadernados, além de outros pequenos. Livros de cavalarias, quase todos. A criada, assim que os viu, saiu logo do cômodo, benzendo-se, e voltou depressa com uma tigela de água benta e um hissope: “Tome Vossa Mercê, senhor Licenciado (disse ao sacerdote), regue esta casa toda com água benta, não ande por aí algum encantador, dos muitos que moram por estes livros, e nos encante a nós, em troca do que nós lhe queremos fazer a eles, desterrando-os do mundo”. O cura riu-se da simplicidade da criada e deu início com o barbeiro ao *auto-de-fé*, do qual com justiça salvaram todas as obras que tinham algum valor literário e condenaram as que por sua tolice mereciam realmente o fogo.

Pretende-se seguir o conselho de Eduardo Frieiro e não repetir este tipo de excomunhão de livros da biblioteca aqui analisada. No entanto, quando apropriado, serão destacadas as bases teóricas das obras abordadas. Parodiando o que Eduardo Frieiro escreveu na seqüência da citação acima, na biblioteca pedagógica exemplar do 3º Grupo Escolar de Bauru havia também livros em que moravam “encantadores”. Até que ponto o leitor desses livros se deixou “encantar” por eles? Não se pode saber. Mas se o encantaram e perturbaram é porque eram obras instigantes. O destino dos bons livros é esse: o de encantar e perturbar. Provavelmente, alguns dos livros da biblioteca pedagógica aqui tratada provocaram este efeito em seus leitores. É propósito do atual trabalho buscar indícios de como isto pode ter ocorrido. Ainda segundo Eduardo Frieiro (1981, p. 25):

Em qualquer biblioteca digna desse nome, por pequena que seja, os léxicos e dicionários estão em primeiro lugar. Sem esses preciosos guias, toda leitura e todo estudo se tornam difíceis e lacunosos.

Na biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru não havia dicionários. Em seu acervo existia o *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa*. Editado pela Academia Brasileira de Letras e de acordo com a Academia das Ciências de Lisboa. Em sua parte inicial, o *Vocabulário* trazia as regras do acordo ortográfico ratificado pelo Brasil em 30 de abril de 1931, em consonância com Portugal, exemplificando as normas do nosso idioma. O *Vocabulário* listava a grafia

e a pronúncia correta das palavras do idioma português. Cumprindo a função de principal obra de referência da biblioteca, existia em seu acervo, em 20 volumes, a “enciclopédia e dicionário internacional”. No Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Bauru não existem detalhes sobre esta obra. É bem provável que fosse a *Enciclopédia universal ilustrada europeo-americana*, editada em espanhol pela Espasa-Calpe em Madri. Entre 1930 e 1933, duas coleções desta enciclopédia foram adquiridas para a Escola Normal de São Paulo. Com a transformação da Escola Normal em Instituto de Educação e sua incorporação pela Universidade de São Paulo quando de sua criação em 1934, estas enciclopédias foram transferidas para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Com a reforma universitária no final da década de 1960, uma destas enciclopédias foi incorporada à biblioteca da atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a outra à biblioteca da Faculdade de Educação da USP. Podem ser consultadas ainda hoje nestas duas bibliotecas. A *Enciclopédia universal ilustrada europeo-americana* é composta também por uma parte destinada à etimologia de palavras com origem no sânscrito, no hebraico, no grego e no latim. Provavelmente foi esta a parte da enciclopédia denominada de “dicionário internacional”. Não constam dos acervos das bibliotecas universitárias paulistas e da Biblioteca Mario de Andrade, em São Paulo, outras enciclopédias editadas no início da década de 1930, em espanhol ou em português, que não fosse esta. Portanto, é provável que tenha sido também a *Enciclopédia universal ilustrada europeo-americana* a coleção adquirida em 1933 para compor a principal obra de referência da biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru. Como nesta biblioteca existiam outras obras em espanhol e nenhum livro em francês ou em inglês, é provável que o espanhol fosse o idioma estrangeiro mais acessível aos docentes da região.

Periódicos para a Escola Nova

A seção da biblioteca pedagógica destinada aos periódicos educacionais era composta, em 1933, de quatro exemplares da revista *Escola Nova*; oito exemplares da revista *Educação*; e três exemplares da *Enciclopédia Brasileira de Educação*. A revista *Educação* foi criada em 1927, como substituta da *Revista Escolar*. Foi reformulada em 1930 e editada de outubro deste ano a junho de 1931 como *Escola Nova*. No segundo semestre de 1931 voltou a se chamar *Educação*. Foi importante periódico educacional até o término de sua publicação, em 1961. É provável que os exemplares da revista *Educação* encontrados na biblioteca pedagógica sejam de 1931 e anos seguintes. Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, antecessora da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, este periódico, segundo Marize Vilela (2000, p. 16-17), originalmente:

[...] reunia um conjunto de artigos, que variavam de oito a 15, sempre assinados e com referência à profissão e à função do articulista. Estes artigos não obedeciam a uma seqüência predeterminada, não eram ordenados por disciplinas nem pelos assuntos abordados. Em seguida, duas seções, intituladas “Informações” e “Respostas às consultas”. Na primeira, eram publicados editais e comunicações oficiais da Instrução Pública, que diziam respeito tanto à vida funcional dos professores e inspetores, quanto a decretos e resoluções da Diretoria Geral relativos ao funcionamento das unidades escolares. Na seção “Respostas às consultas” eram esclarecidas as dúvidas do professorado, exclusivamente aquelas de caráter legal que surgissem durante o exercício da função pública. Não eram respondidas quaisquer contestações a respeito de problemas pedagógicos, metodológicos ou didáticos. [...]

A parte final do periódico trazia duas seções, “Através dos livros” e “Através das revistas e jornais”. Na primeira eram resenhados uma ou duas obras cujos assuntos tivessem conexão com a educação; na segunda, havia uma espécie de sinopse de artigos publicados em jornais e revistas, tanto nacionais, quanto estrangeiros.

Logo após a Revolução de 1930, Manoel Bergström Lourenço Filho assumiu a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. Ele será o responsável pela reformulação do órgão oficial desta Diretoria e sua denominação, até meados de 1931, como *Escola Nova*. Nesta fase do periódico, há forte tentativa de divulgação dos pressupostos escolanovistas e de padronização dos programas de ensino das diversas escolas do estado de São Paulo. Em seu primeiro número:

A seção “Informações” publica uma circular, expedida pelo diretor geral Lourenço Filho, dando conta de que um dos pontos capitais do programa da atual administração do ensino é dar, aos professores, “ampla autonomia didática [desde que baseada] num conhecimento objetivo da criança e compreensão da finalidade social a que devem tender as escolas”. A circular pede aos professores que, na mesma escola, rejam classes do mesmo ano e elaborem em conjunto um projeto de curso. No caso de não haver consenso, “cada professor poderá enviar o seu projeto”.

O número seguinte de *Escola Nova* é inteiramente dedicado à “questão dos programas”. A revista circula com 226 páginas, inteiramente dedicadas a oferecer amplo cardápio ao professor. São dezenas de exemplos, nacionais e provenientes de países estrangeiros, nos quais os professores podem se inspirar para a elaboração de seus próprios programas. É assim que se harmoniza o ideal de “autonomia didática do professor” com a “assistência técnica”, forma sob a qual, ao mesmo tempo, é preservado o espaço de competência e poder da Diretoria da Instrução Pública. (Vilela, 2000, p. 19-20).

Cerca de três anos após sua publicação, a revista *Escola Nova* foi periódico constitutivo da biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru. Isto indica que as demais obras de seu acervo tinham o propósito escolanovista de “conhecimento objetivo da criança”, baseado nas novas abordagens psicológicas do período. A nova “finalidade social a que devem tender as escolas” era algo de muita importância numa escola inaugurada em fins de 1933, como ocorreu com este grupo escolar e sua biblioteca pedagógica exemplar. Os oito exemplares do periódico *Educação* registrados como acervo desta biblioteca em 1933 são provavelmente exemplares do segundo semestre de 1931 e anos seguintes, quando, após a saída de Lourenço Filho da Diretoria de Instrução, esta revista retomou seu nome anterior.

Para Marta Carvalho (2001, p. 67), “a finalidade social a que devem tender as escolas”, segundo os princípios da Escola Nova, deveria equacionar a:

[...] sociedade nova, moderna, que as “lições da [1ª] Guerra [Mundial]” faziam entrever como dependente de uma nova educação, redefinida em seus princípios e largamente baseada na ciência; temor da ascensão incontrolada das “massas” e conseqüente investimento em medidas de “racionalização” das relações sociais sob o modelo da fábrica; ênfase na escola e na expansão de seu raio de influência na sociedade, como recurso para contrapesar a força de “contágio” dos novos meios de comunicação, controlando o fluxo inédito de idéias e imagens postas em circulação através do cinema, do rádio e do impresso de escala industrial.

Para tanto, no campo educacional, os adeptos da Escola Nova buscaram uma racionalização instrumental do trabalho docente. Esta vertente de racionalização dos processos pedagógicos, também denominada de tecnicismo, esteve presente na rearticulação das escolas paulistas desde a década de 1930, principalmente após a criação, por Lourenço Filho, do Serviço de Assistência Técnica da Diretoria Geral da Instrução. Ao analisar o periódico *Escola Nova*, Enéias Dias (2004, p. 6 e 17) destaca que:

Uma das criações mais importantes concretizadas na sua gestão [de Lourenço Filho], portanto, refere-se ao Serviço de Assistência Técnica, que trouxe mudanças significativas para a prática docente; legitimou-se, assim, a necessidade de o professor ser orientado externamente ao seu contexto de trabalho. *Escola Nova* trazia ao longo de suas páginas propostas, sugestões, orientações, enfim, procedimentos que visavam um modo considerado mais eficiente de ensino e trabalho pedagógico a fim de proporcionar economia de tempo e de recursos materiais.

[...]Fundamentados em conhecimentos científicos, os técnicos contribuíram para implementação de significativas inovações no campo educacional do período, sempre visando o desenvolvimento de uma “pedagogia tecnicista”, isto é, ênfase ao ensino objetivo, dinâmico, produtivo e econômico. [...] Percebe-se que já não é apenas o professor o responsável pela preparação, seleção e avaliação do processo ensino-aprendizagem. Havia um corpo de especialistas e todo um acompanhamento científico destinado a dirigir o professorado.

As bases conceituais da Escola Nova podem ser escrutinadas na composição do acervo da biblioteca pedagógica aqui analisada. Porém, antes de prosseguir este caminho, é apropriado mencionar que além das obras editadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, a biblioteca possuía obras publicadas no Rio Grande do Sul. É o caso da *Enciclopédia Brasileira de Educação*. Embora pudesse ser comparada à *Biblioteca de Educação*, editada por Lourenço Filho, e à *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, dirigida por Fernando de Azevedo, a *Enciclopédia Brasileira de Educação* tinha a função mais próxima de um periódico educacional. Ela foi editada sob direção de Emílio Kemp Larbeck Filho, médico e jornalista carioca, radicado no Rio Grande do Sul desde o início da década de 1920. A direção desta publicação cabe a Emílio Kemp por ser ele então o Diretor da Escola Normal de Porto Alegre. A *Enciclopédia Brasileira de Educação* é publicação bimestral. Seu primeiro número é de julho-agosto de 1932. Seus artigos têm entre 4 e 20 páginas cada. Numa média de 12 páginas por texto. São cerca de 14 artigos por número, em aproximadamente 170 páginas por edição. Alguns textos são assinados, outros não. Trazem artigos, por exemplo, sobre métodos de ensino de português e de matemática; planos de lições de aula; projetos pedagógicos para o período de férias escolares; reportagens sobre o ensino nos Estados Unidos; e textos sobre a Escola Nova, como a transcrição, no nº 2, setembro-outubro de 1932, das propostas de Anísio Teixeira para a reforma do ensino na Bahia e também sua conferência sobre as diretrizes da Escola Nova, apresentada em dezembro de 1931 na 4ª Conferência Nacional de Educação, no Rio de Janeiro. Embora fosse denominada de enciclopédia, esta coletânea de artigos contemporâneos aproximava-se mais das características de um periódico educacional de publicação bimestral. Quem organizou a biblioteca pedagógica aqui tratada também percebeu esta publicação desta maneira, pois segundo a listagem de 1933 da biblioteca, os três números desta obra estavam na seqüência dos exemplares do periódico *Escola Nova* e do periódico *Educação*.

Quais os conhecimentos científicos a fundamentar a atuação docente e dos técnicos que propunham a implantação dos princípios da Escola Nova no estado

de São Paulo? A biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru tinha três obras que norteavam estas bases teóricas. São os livros *Introdução ao estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho; *A Escola Nova*, de Jonathas Serrano; e a *Escola Moderna*, de Maria dos Reis Campos.

Lourenço Filho e a Escola Nova leiga

Lourenço Filho foi o editor, pela Companhia Melhoramentos, da coleção denominada “Biblioteca de Educação”. Segundo Marta Carvalho (2003, p. 2):

Quando publica o primeiro volume da Biblioteca de Educação, em 1927, Lourenço Filho era professor de Pedagogia na Escola Normal Secundária da Capital do Estado de São Paulo e começava a despontar no cenário educacional brasileiro como figura de renome. Apadrinhado por Sampaio Dória, fora enviado em 1922, pelo governo paulista, ao Estado do Ceará, a pedido do governo deste Estado, como técnico capaz de empreender a reforma do sistema de ensino cearense. Já então, imbuíra-se da convicção de que a formação de professores devia ser peça central de qualquer iniciativa de reforma da instrução popular. Nas Conferências Nacionais de Educação nos anos de 1927, 1928 e 1929, Lourenço Filho desponta no cenário nacional como articulador hábil e um dos principais porta-vozes da Sociedade de Educação paulista. Com a Revolução de 1930, é nomeado Diretor da Instrução Pública no Estado de São Paulo. Já em 1931, é chamado a colaborar no Ministério da Educação então criado, pelo então Ministro, Francisco Campos, e muda-se para o Rio de Janeiro, onde exercerá importantes cargos técnicos no Governo Federal e dirigirá o Instituto de Educação, peça chave da administração Anísio Teixeira na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal. Entre 1927, ano da publicação do primeiro volume da coleção, até o fim da década de 1930, Lourenço Filho edita 29 títulos novos na Biblioteca de Educação.

Como editor da coleção “Biblioteca de Educação”, seu livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, publicado originalmente em 1929, é de fundamental importância para a compreensão desta coleção. É também obra crucial para identificar os critérios de seleção dos acervos das bibliotecas escolares do período. Segundo Marta Carvalho e Maria Rita Toledo (2007, p. 108):

Introdução ao estudo da Escola Nova, de autoria de Lourenço Filho, é espécie de protocolo de leitura dos demais volumes, compendiando, organizando e hierarquizando os saberes representados necessários à preparação do professor sintonizado com os novos tempos. As explanações do livro sobre a Escola Nova abrem-se em leque para os assuntos tratados nos diversos volumes que compõem a “Biblioteca de Educação”, prescrevendo modos de lê-los e de utilizar o lido.

Na forma que estrutura o livro e que preside a organização da coleção, trata-se de fornecer um repertório de saberes autorizados, destinados a fundamentar a prática docente. Saberes selecionados e hierarquizados pela avaliação que Lourenço Filho faz das disposições, expectativas e competências de seu público leitor e pelos requisitos que identifica necessários à mudança que programa gradativamente promover “no espírito do professorado”. Promover esta mudança era levar o professor à compreensão das “novas finalidades sociais” da escola. Mas era também fazê-lo percorrer o caminho que leva à superação das velhas concepções sobre a atividade da criança, deslocando-se do território constituído por uma pedagogia centrada no exercício das suas *faculdades*. Era levá-los a compreender a verdade sobre a natureza infantil, de modo a que pudessem “praticar realmente a educação funcional” e a realizar, desse modo, a *escola ativa*.

A última edição desta obra é de 2002. No entanto, desde meados do século passado, ela foi bastante modificada, com a supressão de algumas partes, inclusão de novos capítulos e a modificação de outros. O livro original era composto de cinco partes, denominadas de “lições”. A Lição I buscava definir o que se concebia por Escola Nova e delimitar suas bases conceituais. A principal causa para a busca de renovação escolar fora o desenvolvimento das ciências biológicas; dentre elas, notadamente, a Psicologia:

Foi, iniludivelmente, o progresso das ciências biológicas e, em particular, o da psicologia, nos últimos cinquenta anos, que veio permitir o formidável movimento renovador de hoje. Porque, se a educação, em sua finalidade é obra social, ninguém o nega, em sua estrutura íntima, em sua dinâmica, se nos apresenta como trabalho de construção bio-psicológica (Lourenço Filho, 1933, p. 3).¹

A educação é apresentada como atividade de adaptação biológica ao ambiente, numa visão orgânica das sociedades humanas:

A educação intencional é obra social, na proposição de seus fins. A sociedade a organiza, como aparelho capaz de continuá-la, pelo tempo e pelo espaço. E cada sociedade só tem a educação que pode ter. Mas, fixados esses fins, organizado o aparelho escolar, montadas as escolas, chamadas a elas as crianças – a obra social vai ser realizada por *meios biológicos da adaptação do comportamento*, a esses fins visados. Quando dizemos *biológicos*, aí entendemos os psicológicos, também. Na verdade, as modificações e sistematização da conduta só se podem fazer por meios biológicos. [...] Em sua estrutura íntima, o fenômeno educativo é um fenômeno biológico, condicionado e limitado, de um lado, pelo contingente hereditário, temperamento e capacidade orgânica, como de outro, pela situação social (Lourenço Filho, 1933, p. 12-13).²

1 Para efeito de citações, trabalha-se aqui com a terceira edição deste livro, de 1933. A primeira edição é de 1929.

2 Nas citações, quando houver termos grifados, tais grifos serão sempre do texto original.

Neste primeiro capítulo, há extenso retrospecto da história da educação para desembocar na definição do que se denomina de escola nova, ou também de escola ativa. Ao término do capítulo, Lourenço Filho (1933, p. 68-69) sintetiza esta definição:

Por *escola nova* se deve entender, hoje, um conjunto de doutrinas e princípios tendentes a rever, de um lado, os fundamentos da finalidade da educação; de outro, as bases de aplicação da ciência à técnica educativa.

Tais tendências nasceram de novas necessidades, sentidas pelo homem, na mudança de civilização em que nos achamos, e são mais evidentes, sob certos aspectos, nos países que mais sofreram, direta ou indiretamente, os efeitos da conflagração européia. Mas a educação nova não deriva apenas da [1ª] grande guerra. Ela se deve, em grande parte, ao progresso das ciências biológicas, no último meio século, ao espírito objetivo, introduzido no estudo das ciências do homem.

Na Lição II, o autor trata de 24 exemplos estrangeiros de organização sistêmica de escolas em buscas preliminares de renovação educacional. O segundo capítulo é encerrado com um exemplo brasileiro desta mesma tentativa de renovação, a da Escola Regional de Meriti, no Rio de Janeiro, dirigida pela Armanda Álvaro Alberto.

Na Lição III, Lourenço Filho analisa dois sistemas de educação renovada: o método Montessori e o método Decroly. Para tanto, o autor define que os métodos aplicados à educação podem ser denominados de sistemas. O método, em educação, é apresentado como uma relação entre educadores e alunos e não como uma receita. Como ciência biológica, a educação é comparada à medicina. O médico não tem uma receita única de cura, mas um método prospectivo de sanar o doente. Assim devem ser os métodos pedagógicos. O autor usa desta analogia para distinguir a pedagogia experimental e a didática:

[A medicina] pressupõe uma filosofia da vida; uma ciência geral, a biologia; uma teoria de aplicação, a farmacologia e, em especial, a farmacodinâmica. A arte médica não se confunde com alguns desses ramos, em que se apóia. É como a pedagogia, um programa de ação, um conjunto de doutrinas e princípios, visando uma utilidade. E já que lembramos a comparação, salientamos que a pedagogia em ação se divide, como a arte de curar, em dois ramos principais, perfeitamente distintos: a *clínica* (meios de diagnósticos, de medida e verificação), que é a pedagogia experimental, e a *terapêutica* (intervenção positiva e direta sobre os indivíduos a curar ou a educar) que é a didática, *lato sensu*. Como na medicina, da boa e inteligente adaptação dos elementos, que se tenham em mãos, *aos fins visados*, é que resulta o método. O método é, assim, uma relação, não uma receita. Depende, de um lado, do conhecimento tão perfeito quanto possível dos elementos de que disponhamos; de outro, de fins claros e assentados, a que pretendemos chegar, por meios mais ou menos empíricos ou científicos (Lourenço Filho, 1933, p. 118-119).

A partir desta concepção de método, o autor explicitará a história e as características dos métodos Montessori e Decroly.

Entretanto, é na Lição IV que Lourenço Filho apresenta o método mais renovador na educação daquele período: o sistema de projetos, baseado nas idéias dos norte-americanos John Dewey e William Kilpatrick. É na abordagem destes dois pensadores que Lourenço Filho explicitará finalmente as diferenças entre os métodos da Escola Nova e do anterior, método do Ensino Intuitivo:

O ensino intuitivo dizia: “façamos a criança acumular dados de observação; façamo-la ver, perceber, distinguir, discriminar e associar; quando possuir estes materiais, ela, por si mesma compreenderá a lei, a causa, o geral, o abstrato.” Só então, vinha o problema, mais como meio de verificação do ensino anteriormente feito, como exercício natural. No projeto, o caminho é oposto. Como Stevenson define, projeto é “um ato problemático, levado à realização completa, em seu ambiente natural”. Distingue-se do *problema escolar*, propriamente dito, porque o problema é intelectualista, pode girar no vazio, com símbolos ou fórmulas mecanizadas. O projeto, ao contrário, por isso que é um ato de pensamento completo, tem que ser expressão de vida real. Podem-se distinguir nele quatro elementos característicos:

O projeto visa, de modo capital, a formação do raciocínio aplicado às realidades, não a informação de memória; 2) A informação é buscada, com oportunidade, para uma realização viva, não por si mesma: aprende-se para fazer, não se aprende para saber; 3) A aprendizagem precisa ser feita num ambiente natural, isto é, em situação total, dentro da própria vida; 4) O problema vem sempre antes dos princípios, para que desperte o pensamento, em seu funcionamento normal (Lourenço Filho, 1933, p. 170-171).

Tais características, presentes nas idéias, entre outros, de Dewey e Kilpatrick, constituiriam as bases para a formulação, por parte dos docentes, de problemas que consubstanciassem os métodos didáticos calcados em projetos. Neste capítulo, o autor fornece alguns exemplos deste caminho.

Na Lição V, última do livro, Lourenço Filho aborda questões práticas de como aplicar o sistema de projetos nas escolas brasileiras. Trata, entre outros assuntos, dos conteúdos a serem ensinados; da necessidade de preparo técnico dos professores; do programa mínimo de conteúdos programáticos; da oportunidade de implementação do horário flexível; e da questão da disciplina discente, esta última, numa abordagem próxima à de Durkheim.

Esta obra poderia servir de guia autorizado para a leitura dos demais livros da “Biblioteca de Educação”, dirigida por Lourenço Filho para a editora Melhoramentos. Desconsiderando as obras de referência e os periódicos, a biblioteca

pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru era composta por 60 livros. Destes, 20 eram da editora Melhoramentos, sendo que 19 livros eram de sua “Biblioteca de Educação”. Enfim, um terço das obras da biblioteca de formação docente do Grupo Escolar inaugurado em 1933 foi editado sob a direção de Lourenço Filho, demonstrando a profunda influência deste intelectual no direcionamento das leituras apropriadas para a formação do professor que buscasse a renovação educacional pretendida no período.

Na biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru, a coleção denominada de “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, dirigida por Fernando de Azevedo para a Companhia Editora Nacional, era a segunda em quantidade de livros. “A ‘Biblioteca Pedagógica Brasileira’ é constituída de cinco séries ou coleções: 1ª- Literatura Infantil; 2ª- Livros Didáticos; 3ª- Atualidades Pedagógicas; 4ª- Iniciação Científica; 5ª- Brasiliana” (Toledo, 2001, p. 62). No acervo do 3º Grupo Escolar de Bauru encontravam-se 5 livros da série “Atualidades Pedagógicas”, inclusive o primeiro volume desta coleção, o livro de Fernando de Azevedo, *Novos caminhos e novos fins*, de 1931. Nesta obra, o autor analisa a reforma por ele implementada no Rio de Janeiro em 1928. Além destes, o acervo contava também com 2 obras da série “Iniciação Científica” e outros 4 livros da Companhia Editora Nacional. Isto é, cerca de um sexto do acervo do 3º Grupo Escolar havia sido publicado por esta editora. Somados, os livros publicados pela editora Melhoramentos e pela Companhia Editora Nacional formavam mais da metade da biblioteca pedagógica da escola inaugurada em 1933 em Bauru. Maria Rita Toledo (2001, p. 60) analisou o papel de Fernando de Azevedo na Companhia Editora Nacional:

A escolha do nome de Azevedo devia-se justamente à projeção que este vinha obtendo desde o Inquérito [sobre educação, para o jornal *O Estado de S. Paulo*] de 1926, aumentada com a reforma de 1928, no Distrito Federal, além de suas relações pessoais com [Monteiro] Lobato. Participante ativo do movimento educacional, possibilitaria a projeção da editora na nova frente da literatura educacional, colocando-a em condições de concorrer comercialmente com outros projetos lançados desde os fins da década de 1920, como a Biblioteca de Educação da Melhoramentos.

Marta Carvalho e Maria Rita Toledo (2007, p. 107) compararam a atuação dos dois editores:

A representação de leitor, que parece estar contida na prática editorial de Azevedo, é a de alguém capaz de se apropriar do repertório oferecido pela seleção disposta na coleção, e esse exercício é formativo do próprio leitor. Esse modo peculiar de arquitetar a coleção, provavelmente, deve-se ao forte uso político que Azevedo faz dela: a “Atualidades” lhe abriu espaço político importante tanto para a

publicação de seus próprios escritos quanto para a publicação dos escritos de autores de seu círculo, num momento em que Azevedo estava excluído de cargos executivos do Estado. Nessa medida, Azevedo põe em circulação textos dirigidos não só aos professores, mas para seus próprios pares. Conforme a coleção foi se afirmando como empreendimento editorial de prestígio, o educador ganhou espaço de poder, já que se transforma na figura-chave de seleção e distribuição dos textos e autores publicados nas mais importantes séries da Companhia Editora Nacional, como a “Brasileira”, a série de livros escolares ou mesmo a “Atualidades Pedagógicas”. É a ele que outros nomes da cultura recorrem para verem seus livros publicados.

Diversa é a estratégia da coleção organizada por Lourenço Filho. No já citado texto de apresentação da “Biblioteca”, verifica-se a opção por um gênero editorial específico: cada volume conteria “sempre um assunto completo” e a coleção se distribuiria por duas séries. Na primeira, de “caráter geral” seriam expostas “as bases científicas do ensino, já do ponto de vista genético funcional da sua organização, já do ponto de vista da finalidade social e moral a que deve tender para a elevação do homem como cidadão e como homem.” Na segunda, seriam examinados “os meios práticos de educação e ensino, tratando-se de modo particular das aplicações que mais nos convenham, com indicações e críticas de sistemas”. Organizados como “pequenos manuais” que condensam “as modernas idéias e práticas da educação”, os volumes da “Biblioteca” se dispõem como peças de um conjunto harmônico destinado a constituir a cultura pedagógica do professorado.

Embora com estratégias diferentes, algo une Lourenço Filho e Fernando de Azevedo: ambos encontram-se do mesmo lado quando das disputas entre os “Pioneiros” e os “Católicos” no que concerne à natureza leiga das propostas da Escola Nova. Marta Carvalho (2001, p. 69-70) analisou estas disputas:

A criação do *Ministério da Educação e Saúde* [em 1930] inaugura espaços de poder de importância estratégica na configuração e no controle, técnico e doutrinário, do aparelho escolar. Com isso, o consenso em torno da “causa educacional” transmuda-se em disputa pela implementação de programas político-pedagógicos concorrentes. Nessa disputa, dois grupos se constituem, antagonizando-se a partir de propostas rivais de controle técnico e doutrinário das escolas: os “católicos” e os “pioneiros”. As nomeações designam, no caso do primeiro grupo, setores militantes do laicato intelectual católico que haviam integrado a ABE [Associação Brasileira de Educação] nos anos vinte e que a abandonaram em 1932, passando a se articular na *Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal*, e no *Centro D. Vital*, de São Paulo, inicialmente, e, a partir de 1934, na *Confederação Católica Brasileira de Educação*. No caso do segundo, o nome designa alguns dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* que assumiram o

controle da *Associação Brasileira de Educação* a partir de 1932 e que ocuparam postos governamentais, na qualidade de técnicos, tomando iniciativas de reforma escolar pautadas na pedagogia escolanovista.

Maria Rita Toledo (2001, p. 61) ressalta que a disputa entre estes dois grupos resulta também em competição editorial. No Rio de Janeiro, representando os setores católicos, a editora *Civilização Brasileira* lança uma coleção de livros destinada à formação docente denominada de “Biblioteca Brasileira de Cultura”. Esta editora foi comprada, em 1932, por Octalles Marcondes Ferreira, dono da *Companhia Editora Nacional*, que passa então a lucrar nos dois lados editoriais com a disputa entre “Pioneiros” e “Católicos”:

Octalles Marcondes Ferreira, dono das duas editoras, divide o mercado editorial em duas frentes: [*Companhia Editora*] Nacional para os “renovadores” ligados a [*Fernando de*] Azevedo e *Civilização Brasileira* para os “católicos”. Assim, engloba os diferentes leitores inseridos no movimento educacional do período, trabalhando com diferentes referenciais de recomendação de leitura, num sentido, antagônicos, invadindo assim, por todos os lados, o novo mercado de livros para professor. (Toledo, 2001, p. 62).

Embora não fosse editado pela *Civilização Brasileira*, a biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru tinha em seu acervo uma obra exemplar da abordagem católica sobre a renovação educacional do período. Trata-se do livro publicado em 1932 por Jonathas Serrano, *A Escola Nova*. Este autor era então professor catedrático do Colégio Pedro II e ex-diretor da Escola Normal do Distrito Federal.

Jonathas Serrano e a Escola Nova católica

Já em seu prefácio, a obra de Jonathas Serrano (1932, p. 5) se apresenta como intervenção contrária ao “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que antecede em poucos meses ao lançamento do livro, ao qual o autor recusou-se a assinar, devido ao caráter leigo dado à educação neste manifesto. O autor defende que a educação deve estar subordinada à religião. Citando Hovre, Jonathas Serrano (1932, p. 12-13) apresenta uma hierarquia no papel educacional:

Toda a delicadeza do problema da educação está nesse respeito do indivíduo sem prejuízo da coletividade. Com razão reclama um pedagogo filósofo: “No ideal que visam a educação e a formação, importa salientar com energia a distinção de que o homem é mais do que um ser profissional, social, sexual e cidadão. A sociabilidade deve subordinar-se à personalidade; esta, à moralidade, que por sua vez se subordina à religiosidade.” Sem esta hierarquia de valores, a obra educativa é falha e amiúde contraproducente.

Com esta hierarquia, a pedagogia não deve interferir naquilo que em cada indivíduo é inalienável e sagrado:

A pedagogia sistematiza os princípios que devem dirigir a obra educacional, permitindo a adaptação do indivíduo às condições do meio social, sem sacrifício, todavia, daquilo que no próprio indivíduo é inalienável e sagrado. (Serrano, 1932, p. 12).

Em diversas partes do livro, o autor criticará os erros dos escolanovistas que exageram na abordagem científica da educação e ignoram sua subordinação à metafísica, isto é, à religião:

Já começamos aqui a entrever um dos graves equívocos de certos pedagogos e filósofos da educação. A influência perturbadora do cientificismo revela-se em múltiplas faces: exagerações do naturalismo, do psicologismo, do socialismo. Na essência é tudo um: o erro de querer transformar um indicativo em um imperativo. Este erro de conjugação, porém, não se limita ao domínio da inteligência. Na gramática da vida, qualquer engano dessa ordem é de conseqüências graves para o indivíduo e para o próprio meio social. (Serrano, 1932, p. 17-18).

O autor dedicará o capítulo quarto de sua obra a detalhar e combater cada um dos erros da Escola Nova resumidos na citação anterior. Jonathas Serrano (1932, p. 95) apresenta a subordinação da educação à religião como algo que compõe a tradição brasileira desde os primórdios da colonização:

O fato é que, vinte séculos antes da moderna psicopedagogia, as divinas parábolas ensinavam de modo sublime os grandes deveres do homem. O encanto de algumas tem seduzido, até à nossa época, os maiores poetas. Aos filósofos, como aos pobrezinhos, comovem e iluminam. No alvorecer de nossa história, no imenso Brasil ainda coberto de florestas, habitado pelo gentio antropófago, soube o Jesuíta adaptar à rude mentalidade selvagem as austeras verdades do Evangelho.

Segundo o autor, para uma educação completa, portanto, é necessária uma filosofia completa, que não pode prescindir da religião:

Se é exato que uma pedagogia completa supõe uma filosofia completa, uma visão da vida em suas perspectivas morais e religiosas, um conceito integral do homem e de seu destino definitivo – como esperar que possa porventura realizar satisfatoriamente as exigências todas dessa pedagogia um sistema educacional deliberadamente agnóstico, ou apenas leigo, mas em qualquer dos casos incapaz de ver na criança o homem concreto, ainda em formação, sem dúvida, porém, já com as suas tendências mais profundas, entre as quais a de ordem religiosa (Serrano, 1932, p. 106).

Entretanto, o autor não atribui à Escola Nova em si os erros de alguns de seus defensores. Propõe, então, outra Escola Nova, uma Escola Nova católica:

Não deixemos, por isso mesmo, que os incrédulos, agnósticos ou fanáticos de outros credos filosóficos ou meramente científicos, nos excedam em perícia técnica, ou espírito de iniciativa no campo experimental. (Serrano, 1932, p. 29).

Jonathas Serrano passa a identificar a Escola Nova católica como sinônimo de didática renovada, perfeitamente adaptável aos princípios da educação religiosa. Marta Carvalho (2001, p. 71-72) sintetiza esta apropriação católica do conceito de Escola Nova:

As estratégias editoriais dos dois grupos em confronto são bastante diferenciadas, como decorrência das apropriações que diferencialmente fizeram da pedagogia escolanovista, entendendo que determinadas proposições pedagógicas eram mais adequadas do que outras a seus projetos de intervenção escolar. Enquanto os pioneiros atuaram no sentido de determinar o significado das expressões *educação nova* e *escola nova*, amarrando-o a iniciativas de reorganização da cultura e da sociedade de que faziam parte políticas de reforma estrutural da escola e do sistema escolar, os *católicos* agiram em direção oposta. Procuraram confinar o uso da expressão ao campo doutrinário da pedagogia, de modo a instanciar o discurso pedagógico católico como poder de julgar acerca dos preceitos escolanovistas, evitando que sua introdução nas escolas tivesse impacto transformador esperado pelos seus adversários.

Essa diferença é de extrema importância para a determinação das estratégias editoriais de difusão do escolanovismo. Ela aponta não somente para diferenças nos dispositivos discursivos de legitimação ou censura de proposições escolanovistas, mas também para diferenças de estratégia no tocante à seleção do tipo de material a ser impresso. Para os católicos, o impresso foi sobretudo dispositivo de constituição de um lugar de autoridade para censurar os princípios doutrinários e as práticas escolanovistas de seus adversários e para construir e legitimar um discurso escolanovista católico que ganhasse a adesão do professorado.

O livro *Escola Nova*, de Jonathas Serrano, é bom exemplo desta estratégia católica. Ao identificar a Escola Nova, necessariamente subordinada à religião, como apenas método de renovação didática, o autor pode então opinar sobre todas as partes do livro *Introdução à Escola Nova*, de Lourenço Filho, no que dizem respeito à renovação de métodos didáticos ali contidos. É o que Jonathas Serrano faz, propondo alternativas equilibradas onde identifica exageros de Lourenço Filho. Jonathas Serrano encerra sua obra com novos ataques ao ateísmo cientificista de alguns reformadores educacionais e combate diretamente o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Jonathas Serrano (1932, p. 137), na conclusão

de sua obra, conclama os professores católicos a uma urgente “renovação dos métodos de ensino, com sólida base psicológica, [mas] sem exageros fanáticos de escolas, fugindo aos extremos prejudiciais da rotina emperrada e das imprudências revolucionárias”. Enfim, apresenta a Escola Nova católica como alternativa equilibrada aos extremismos de alguns reformistas ateus, que almejavam com a Escola Nova reformar a sociedade. É possível que este livro tenha sido referência para os professores católicos de Bauru. Contudo, na biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar, não existiam outras obras de tendências marcadamente católicas quanto à Escola Nova, nem livros da editora Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro, que concentrava tais publicações.

Escola Nova e o método de projetos

Na biblioteca pedagógica do 3º Grupo Escolar de Bauru, encontrava-se uma terceira obra a nortear a formação docente sob os princípios da Escola Nova. Trata-se do livro *Escola moderna*, de Maria dos Reis Campos, de 1932. Na administração de Fernando de Azevedo como Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, no final da década de 1920, Maria dos Reis Campos exerceu o cargo de Superintendente do Ensino Primário. Segundo Marta Carvalho (2001, p. 84), Maria dos Reis Campos trabalhou com Anísio Teixeira, quando das reformas educacionais no Rio de Janeiro no início da década de 1930. No prefácio, Maria dos Reis Campos relata que o livro nasceu como resultado de sua estadia, no início de 1930, nos Estados Unidos. Esta viagem foi proporcionada a um grupo de professores ligados à Associação Brasileira de Educação, com o propósito de estudo do “método de projetos”, em voga então naquele país.

O livro *Escola Moderna* é amplo, com 318 páginas, em nove capítulos. Maria dos Reis Campos, ainda no prefácio, afirma a equivalência entre os termos *Escola Moderna* e *Escola Nova*. No primeiro capítulo, a autora faz uma breve explanação sobre o surgimento das escolas elementares no Ocidente, desde a Idade Média até as experiências de Lancaster. No segundo capítulo, em cinquenta páginas, Maria dos Reis Campos escreve uma história do pensamento educacional desde a modernidade europeia. Os autores por ela selecionados para compor este panorama são apresentados como precursores da escola moderna. Maria dos Reis Campos escreve uma breve biografia dos autores tratados e faz muitas citações literais de trechos de suas principais obras que tratassem de aspectos educacionais ou da criança. Os autores selecionados, na ordem de apresentação do capítulo, são Montaigne, Francis Bacon, Comenius, John Locke, Rousseau, Johann Basedow, Pestalozzi, Herbart e Froebel.

É no capítulo três que a obra ganha uma estrutura mais coerente com seu tema. Neste capítulo, baseada principalmente em Dewey, mas também com menções esporádicas a Herbart, Froebel e Edouard Claparède, a autora apresenta as características psicológicas das crianças relacionadas à ação, expressão, imaginação, atenção, iniciativa, curiosidade, interesse, capacidade de síntese e cooperação social. Este capítulo serve de espelho ao próximo. No capítulo quatro, a autora destaca que a Escola Moderna, ou Escola Nova, respeita as características psicológicas das crianças. Devido às especificidades da psicologia infantil apresentadas anteriormente, a Escola Moderna trata a criança como criança, e não como um adulto em miniatura. A educação deve preparar a criança para o futuro mundo adulto, contudo:

Preparar o futuro identifica-se, mediante tal conceito, com viver, da melhor maneira, no presente. E, para a escola moderna, dado seu respeito pela natureza da criança, viver bem o presente não pode ser senão viver de acordo com essa natureza, com as tendências, com os pendores, com as exigências dessa própria natureza. Surge, então, como finalidade por excelência da escola moderna, favorecer à criança o aproveitamento das oportunidades do presente, isto é, levá-la a viver integralmente como criança (Campos, 1932, p. 108).³

Maria dos Reis Campos, no capítulo quatro, apresenta como o respeito às tendências psicológicas naturais da criança, descritas no capítulo anterior, é parte constitutiva dos processos educacionais elaborados por Gerard Decroly, John Dewey e William Kilpatrick.

No capítulo cinco, baseada principalmente em Adolphe Ferrière, a autora analisa como a escola moderna concebe a organização escolar nos aspectos discentes relacionados à disciplina, autonomia, coeducação, movimentação, mobiliário e alimentação.

O capítulo seis é o mais importante da obra. Nele, a autora descreve o Método Decroly e o Método de Projetos (Dewey/Kilpatrick). Inicialmente, Maria dos Reis Campos (1932, p. 161-162) sintetiza como o método é essencial para a concepção da Escola Moderna:

Criou-se, de tal sorte, nova técnica, destinada, de acordo com o estudo que fizemos no capítulo anterior, a prestar-se essencialmente a:

1º - preparar a criança para a vida de adulto, permitindo-lhe ao mesmo tempo viver integralmente como criança, isto é, permitindo-lhe a livre expansão de gostos e tendências naturais;

³ Maria dos Reis Campos datou o prefácio de sua obra como sendo de 29 de dezembro de 1931. Presume-se, portanto, que o livro tenha sido publicado originalmente em 1932.

2º - utilizar essas tendências e gostos como meios educativos, atendendo portanto a: atividade; liberdade e espontaneidade; iniciativa; interesse espontâneo; imaginação; atenção natural, despertada pelo interesse; curiosidade e espírito de investigação; gosto de imitar; apreensibilidade maior pelo o que é concreto e mais fortemente impressiona os sentidos e pelo o que é novo; instinto construtivo e de expressão; alegria natural; instintos sociais; e, finalmente, à individualidade particular;

3º - ter em vista a formação mental da criança e não, propriamente, a aquisição de conhecimentos, isto é, visar a educação e não a instrução;

4º - utilizar-se de meios o mais objetivos possíveis e particularmente das atividades da vida prática.

Em resumo: tal método deve ser constituído por meios práticos, concretos e naturais, que permitam a expansão das qualidades próprias da criança e as utilizem como instrumento educativo.

Maria dos Reis Campos (1932, p. 170-171) destaca a proximidade com atividades da vida prática como um dos pontos positivos do Método Decroly:

Assentando no tríplice fundamente de: observação, associação e expressão, o ensino se faz em torno de um assunto ou idéia principal que é, por assim dizer, um grande centro de interesse, tomado para um ano de trabalho: a defesa contra inimigos e perigos, por exemplo; em torno desse centro se agrupam outros centros secundários (meios de defesa da criança, a defesa e os animais etc.), destes, por sua vez, decorrem assuntos mais especializados, que podem ser considerados como centros menores e assim sucessivamente.

A matéria fica, de tal sorte, ligada toda entre si, visto como observando, associando e depois dando expressão a idéias e conceitos que se lhe formaram no cérebro, vai a criança adquirindo noções e exercitando o espírito, através de todas as disciplinas que o programa primário comporta.

No programa Decroly há sistematização rigorosa e grande sentido de minúcia que parecem dever prejudicar a espontaneidade e oportunidade, qualidades preciosas na escola moderna. Mas o ensino é conduzido com grande vivacidade, com a preocupação dominante da integração na vida prática e através de iniciativa habilmente despertada e orientada, satisfazendo assim largamente aos ideais pedagógicos modernos.

No texto, não há grande diferenciação entre o Método Decroly e o Método de Projetos. Porém, eles são apresentados como distintos devido às suas diferentes bases teóricas e trajetórias históricas. Sobre o Método de Projetos, inspirado nas idéias de Dewey e de Kilpatrick, a autora define o que entende por projeto:

O que se considera como “projeto” é um trabalho (no sentido mais amplo do termo) planejado e conduzido segundo diretriz previamente assentada e desenvolvido em seu ambiente próprio, de modo que os alunos encontrem aí um símile das atividades da vida real e desenvolvam correspondentemente, não só as qualidades úteis à sua vida presente, mas também as desejáveis no futuro homem e futuro cidadão. Pelo *método de projetos* pretende-se, antes de mais nada, transplantar para a escola o aspecto mais característico da vida prática, que é o de traçar, em maior ou menor escala, um plano e realizá-lo (Campos, 1932, p. 182).

A autora complementa sua caracterização de projeto:

De modo que, para o projeto, há duas exigências essenciais: 1ª – que haja um fim traçado, um plano segundo o qual se desenvolva o trabalho empreendido até sua realização; 2ª – que o trabalho se realize em condições naturais, isto é, como na vida real. Para que esta segunda exigência seja satisfeita há uma condição primordial: é que o projeto nasça de uma necessidade sentida pelos alunos, necessidade que lhes despertará o interesse pelo trabalho, dando-lhes gosto por ele, fazendo-os integrar-se em seu verdadeiro sentido e servindo-lhes ao mesmo tempo de guia para o plano de execução que hajam de traçar (Campos, 1932, p. 183-184).

Maria dos Reis Campos (1932, p. 187) apresenta o Método de Projetos como algo que comporta uma experiência ampla ao aluno. Na execução do projeto, os diversos conteúdos curriculares poderiam ser melhor desenvolvidos no processo educacional. O Método de Projetos se constituiria em metodologia educacional mais apropriada para as novas necessidades da Escola Moderna, formando o caráter da criança de maneira indelével:

O projeto é justamente essa miniatura e experiência da vida. Por ele se defronta a criança com uma necessidade, que a ela se apresenta como um problema para resolver. Estuda esse problema em seus diversos aspectos. Recolhe informações e assenta um plano no qual se baseia todo o trabalho que daí por diante se realiza. Coleciona material e põe em execução o plano concebido. Há aí: 1º - verificação de uma necessidade, como impulso para o trabalho; 2º - estudo dos meios de realização; 3º - realização de acordo com diretriz pré-fixada. É assim a vida, e nela vencem os que sabem melhor compreender as necessidades de ação; os que melhor sabem adaptar os meios aos fins; e os que, sem desfalecimento, conseguem levar a termo a obra iniciada. O projeto é, de tal sorte, antes de mais nada, uma escola de caráter, de firmeza de vontade, de persistência, de hábito de realizar – tudo isso tomando a criança como criança, porque lhe permite a natural expansão da individualidade, através de trabalho que ela própria escolheu, que lhe desperta o maior interesse e em que encontra, portanto, a mais completa satisfação.

As experiências de projetos já existentes e em pleno funcionamento nos grupos escolares do período, como a cooperativa escolar, o banco escolar, o jornal escolar, o cinema escolar, a cooperativa agrícola e o escotismo, não constam no livro de Maria dos Reis Campos como exemplos do Método de Projetos. No entanto, a autora não deixa de fornecer quatro exemplos, para que este método seja melhor compreensível com tais ilustrações. A autora elabora quatro propostas: 1ª - a estação da estrada de ferro; 2ª - o trem; 3ª - a viagem; 4ª - a cidade do Rio de Janeiro. São projetos consecutivos, prevendo atividades extra-escolar, que poderiam atravessar os quatro anos do ensino primário. Contudo, a autora ressalta que são apenas exemplos para favorecer a compreensão do que se propõe como Método de Projetos.

Os três últimos capítulos do livro tratam do papel do professor na Escola Moderna; do material didático na Escola Moderna; e da necessidade de implantação da Escola Moderna no Brasil. São textos bem genéricos sobre estes temas.

Considerações finais

Os livros de Lourenço Filho, de Jonathas Serrano e de Maria dos Reis Campos aqui tratados, parte do acervo da biblioteca pedagógica exemplar de Bauru em 1933, compunham material introdutório para que os administradores escolares e professores da região pudessem compreender as tendências educacionais apresentadas então como modernas. De maneiras diferentes, as concepções de Escola Nova destas três obras serviam ao possível leitor dos demais livros da biblioteca aqui estudada como cânone do que se esperava de um professor renovado e moderno. Cabe agora pesquisar o que continham os demais livros. O próximo passo será avaliar as obras de biologia e de psicologia do acervo da biblioteca do 3º Grupo Escolar de Bauru. Posteriormente, as demais obras. Tais livros mostram quais as concepções teóricas e abordagens didáticas que então eram apresentadas como apropriadas à moderna escola, que iria equacionar as novas demandas sociais do período. Com esta pesquisa, pretende-se entender como o professor comum, de um grupo escolar de funcionamento recente na década de 1930, numa cidade paulista mediana como Bauru, sem a tradição da formação docente como em cidades com sólidas Escolas Normais, como as vizinhas Botucatu e São Carlos, teriam contato, caso lessem os livros de sua biblioteca pedagógica, com o que seria moderno para os padrões educacionais da época.

Referências

- AZEVEDO, Fernando de. (1931). *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira – Atualidades Pedagógicas, vol. I.
- CAMPOS, Maria dos Reis. (1932). *Escola moderna*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. (2001). A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In Faria Filho, Luciano Mendes de (org.). *Modos de ler – formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 65-86.
- _____. (2003). Lourenço Filho e a Biblioteca de Educação: uma estratégia editorial de introdução da Escola Nova no Brasil. *Anais do VI Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*. San Luís Potosí, México.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas & Toledo, Maria Rita. (2007). Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In Oliveira, Marcus (org.). *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 89-110.
- DIAS, Enéias Borges. (2004). Revista *Escola Nova* (1930-1931): um estudo sobre o tecnicismo e educação. In *Anais do 12º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP.
- FRIEIRO, Eduardo. (1981). *O diabo na livraria do cônego*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/Itatiaia.
- LOURENÇO Filho, Manuel Bergstrom. (1933) *Introdução ao estudo da escola nova*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos. Biblioteca de Educação, vol. XI. A 1ª edição deste livro é de 1929.
- MENEZES, Maria Cristina. (2011). O mapeamento de uma biblioteca de formação de professores. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória: SBHE/UFES.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2006). O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. In Dutra, Eliana de Freitas & Mollier, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume. p. 135-154.
- NERY, Ana Clara Bortoleto. (2011). Cultura pedagógica e formação de professores: a biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1911-1920). *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória: SBHE/UFES.
- RELATÓRIO da Delegacia Regional de Ensino de Bauru*. (1933). Este relatório encontra-se depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs/RDRBU1933.pdf>
- RELATÓRIO da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga*. (1936). Este relatório encontra-se depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs/RDRIT1936.pdf>
- SERRANO, Jonathas. (1932). *A escola nova*. Rio de Janeiro: Editor Schmidt.
- SOUZA, Luciene Soares de. (2009). *A instituição de bibliotecas nos grupos escolares do Estado de São Paulo (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FE-USP.
- TOLEDO, Maria Rita. (2001). *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP.

- _____. (2003). Os dispositivos editoriais da coleção Atualidades Pedagógicas e seu projeto de formação do educador. *Anais do VI Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*. San Luís Potosí, México.
- _____. (2006). O projeto político cultural da coleção Atualidades Pedagógicas. In Dutra, Eliana (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume. p. 335-350.
- VIDAL, Diana Gonçalves. (2000). Uma biblioteca escolar: práticas de formação docente no Rio de Janeiro, 1927-1935. In Carvalho, Marta Maria Chagas & Vidal, Diana Gonçalves (orgs.). *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 11-36.
- _____. (2004). Bibliotecas escolares: experiências escolanovistas nos anos de 1920 e 1930. In Menezes, Maria Cristina (org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras. p. 187-211.
- VILELA, Marize Carvalho. (1997). *Deixar falar a Educação: escuta de um discurso pedagógico*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP.
- _____. (2000). *Discursos, cursos e recursos: autores da revista Educação (1927-1961)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP.

RECIBIDO: febrero 12 de 2013

APROBADO: mayo 7 de 2013